

# Sumário

<i>Reduções gráficas</i> .....	9
<i>Prefácio à segunda edição inglesa</i> .....	11
Introdução .....	15
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
<b>A TENSÃO SOBERANIA-RESPONSABILIDADE</b>	
<b>NO CÂNON HEBRAICO</b>	
1. Passagens selecionadas do Antigo Testamento .....	25
2. Temas gerais no Antigo Testamento .....	37
<b>SEGUNDA PARTE</b>	
<b>A TENSÃO SOBERANIA-RESPONSABILIDADE</b>	
<b>NOS ESCRITOS JUDAICOS INTERTESTAMENTÁRIOS</b>	
3. A tradução Septuaginta .....	63
4. Apócrifos e Pseudepígrafos não apocalípticos .....	69
5. A apocalíptica intertestamentária .....	81
6. Os Manuscritos do Mar Morto.....	105

7. Os Targuns e os escritos rabínicos.....	117
8. Josefo.....	145
9. Observações finais .....	155

TERCEIRA PARTE

**A TENSÃO SOBERANIA-RESPONSABILIDADE  
NO EVANGELHO DE JOÃO**

10. O panorama geral.....	159
11. A soteriologia de João.....	205

QUARTA PARTE

**REFLEXÕES TEOLÓGICAS**

12. A formulação da tensão.....	249
---------------------------------	-----

*Índice de passagens bíblicas* ..... 277

*Índice de fontes apócrifas e pseudepigráficas* ..... 291

*Índice onomástico* ..... 297

# Prefácio à segunda edição inglesa

Mais de dez anos se passaram desde que este livro foi publicado. Sou grato à HarperCollins e à Baker Book House por imprimi-lo novamente.

O material encontrado nesses capítulos teve como ponto de partida uma tese de doutorado, na Universidade de Cambridge, defendida em 1975. Meu orientador, o rev. dr. Barnabas Lindars, SSF<sup>1</sup> (mais tarde professor da cátedra Rylands de Crítica Bíblica e Exegese da Universidade de Manchester, já falecido), apoiou-me com constantes conselhos, crítica rigorosa e amizade generosa. Entre seus muitos dons, não menos importantes eram sua integridade intelectual manifesta, que nunca blefava, e uma disposição paciente de permitir que um jovem estudante discordasse de seu mentor. Essa grandeza de espírito não é encontrada em todos os estudiosos, e sou grato por ter tido o privilégio de trabalhar com ele. O fato de esse livro não conter ainda mais erros de julgamento do que contém deve-se em grande parte ao professor Lindars.

Ao revisar a tese para publicação nesse formato, eliminei cerca de 25 mil palavras, incluindo alguns dos debates mais técnicos com os escritos secundários, além de um capítulo sobre o hermetismo e um capítulo sobre Filo. Este último

<sup>1</sup>Society of St. Francis (ordem religiosa dos franciscanos da Igreja Anglicana). (N. do T.)

acabou encontrando seu lugar em outra publicação (*Novum Testamentum* 23 [1981]: 148-64). Os trechos em língua estrangeira agora aparecem em inglês — em traduções oficiais, quando disponíveis, e em minha própria tradução em outros casos.

Quando escrevi o prefácio da primeira edição deste livro, em 1978, não fazia ideia de que passaria cinco dos quinze anos seguintes em Cambridge. Essa perspectiva mais longa me permite repetir com ainda maior entusiasmo os meus agradecimentos aos que tornaram tão agradável e frutífero o período inicial do meu curso de doutorado. Várias pessoas e organizações providenciaram os fundos necessários para cobrir algumas das minhas despesas: em particular, quero registrar minha gratidão à Bolsa Tyndale para Pesquisa Bíblica, aos gestores do Fundo Bethune-Baker, aos gestores do Fundo Thorpe (Emmanuel College) e ao conselho administrativo da Bolsa Mary Robinson. O reverendo Don Cupitt, então decano do Emmanuel College, ajudou-me em algumas dessas e outras questões. As excelentes instalações da Biblioteca da Universidade e da Tyndale House foram disponibilizadas por funcionários competentes e corteses. Os seminários sobre o Novo Testamento do professor C. F. D. Moule a respeito do Novo Testamento expandiram meus horizontes como poucas discussões o fizeram antes ou depois. Uma grande oportunidade educacional envolve os lanches rápidos às onze horas e as pausas para o chá na Tyndale House. Muitas amizades surgidas ali ou na igreja Eden Baptist Church continuam intactas. Vários colegas revisaram partes da tese original e me salvaram de erros embaraçosos: sou especialmente grato ao rev. dr. H. H. P. Dressler, ao dr. (agora professor) H. G. M. Williamson e ao dr. Colin Hemer. O sr. Paul Helm, então na Universidade de Liverpool (recentemente nomeado para uma cadeira no King's College, em Londres), guiou-me na travessia de alguns campos minados filosóficos. Pat Warkentin (então Pat Doidge) contribuiu com sua datilografia habilidosa, em uma época (agora difícil de lembrar!) em que os escritores não compunham seu próprio trabalho em *laptops*.

Sou grato pelo fato de esse livro ainda ter uma demanda que justifique sua reimpressão. Se eu tivesse de escrevê-lo hoje, seus principais argumentos, penso eu, permaneceriam intactos, ainda que a bibliografia e algumas das análises fossem atualizadas. Tendo escrito recentemente um comentário do Evangelho de João, suponho que parte da longa seção sobre João nesse livro seria mais madura. Eu revisaria algumas avaliações de menor importância sobre a Septuaginta e os Targuns; minhas críticas hesitantes quanto a como a teologia do mérito é

tratada por E. P. Sanders, cujo livro *Paul and Palestinian Judaism*<sup>2</sup> ainda era recente quando revisei meu trabalho para publicação, seriam fortalecidas e reforçadas, mas não mudadas.

Quando este livro surgiu pela primeira vez, foi dedicado aos meus pais e à minha querida esposa, Joy. A gratidão aos meus pais reconheço ainda mais, mesmo que precise expressá-la *in memoriam*. A gratidão a minha esposa eu posso, graças a Deus, expressar a ela pessoalmente.

*Soli deo gloria.*

D. A. CARSON,  
Trinity Evangelical Divinity School,  
novembro de 1993

<sup>2</sup>E. P. Sanders, *Paul and Palestinian Judaism* (London, Reino Unido: Fortress, 1977).

# Introdução

## O problema

Tanto a teologia quanto a filosofia contendem com a tensão que existe entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana (daqui em diante denominada “tensão soberania-responsabilidade”). Embora não se restrinja às religiões monoteístas,<sup>3</sup> essa tensão é particularmente crítica nessas religiões, porque o monoteísmo puro exclui o dualismo cosmológico e geralmente retrata Deus como sendo onipotente e bom. Esta monografia diz respeito à tensão soberania-responsabilidade conforme delineada dentro do monoteísmo — na verdade, dentro da forma cristã de monoteísmo — e é mais teológica do que filosófica.

A tensão soberania-responsabilidade é de uma amplitude praticamente inalcançável. Encontra-se no cerne das questões sobre a natureza de Deus e apresenta difíceis enigmas sobre o significado da “liberdade” humana. As questões mais comuns que essa tensão suscita são bem conhecidas. Se Deus é absolutamente soberano, em que sentido podemos falar significativamente de escolha humana, de vontade humana? De que maneira devemos relacionar passagens

<sup>3</sup>Cf. F Nötscher, “Schicksal und Freiheit”, *Biblica* (1959), vol. xi, p. 446-62.

que enfatizam a transcendência e a onipotência divinas com aquelas que falam de arrependimento divino? Como a forma da tensão soberania-responsabilidade influi no problema da teodiceia? Será que Deus precisa ser reduzido para acomodar a liberdade de escolha humana? Será que a responsabilidade humana significativa depende a tal ponto da capacidade de escolha contrária que Deus se torna contingente?

No entanto, a tensão é mais ampla do que o alcance dessas questões-padrão. No âmago da fé cristã está a encarnação: Deus se tornou homem. Que efeito essa noção surpreendente tem sobre a relação entre a soberania de Deus e a responsabilidade do homem? Ou, invertendo a pergunta, como essa tensão influencia a cristologia? Além disso, uma vez que a mensagem que Jesus pregou está saturada com o tema do reino de Deus, em que sentido, podemos perguntar, um Deus absolutamente soberano *começa* a reinar ou *promete* reinar? Seria possível pensar que a soberania divina já pressupõe um reino de Deus tão universal e eterno que ideias de um reino escatológico são excluídas.

Fazer tais perguntas não significa prometer respostas fáceis. No entanto, é importante, já de início, ver que a tensão entre a soberania divina e a responsabilidade humana não só abarca o tão saturado tema de como a eleição soteriológica deve ser interpretada, mas também se entrelaça com a cristologia e a escatologia. E, porque lida de forma abrangente com a natureza de Deus e a natureza do homem, não pode fugir de questões da antropologia e da *teologia* propriamente dita.

Eu, francamente, duvido que seres humanos finitos consigam cortar o nó górdio; pelo menos, este ser humano finito não consegue. A tensão soberania-responsabilidade não é um problema a ser resolvido; em vez disso, é uma estrutura a ser explorada. Reconhecer isso já é um grande avanço, pois rejeita as “soluções” fáceis que impõem aos dados bíblicos construções filosóficas estranhas ou que descartam aqueles elementos dos dados bíblicos que não se encaixam no sistema do investigador. Explorar essa tensão é explorar a natureza de Deus e seus modos de lidar com os seres humanos.

No entanto, embora não devamos adotar prontamente “soluções” simplistas, também não devemos sucumbir com demasiada facilidade ao ponto de vista de que a tensão é intrinsecamente ilógica. Admitir que não dispomos de peças suficientes do quebra-cabeça para completar a imagem é muito diferente de dizer que as peças pertencem a quebra-cabeças muito diferentes e, portanto, não poderiam estar relacionadas umas com as outras, mesmo que nos dessem

as que estão faltando. Em outras palavras, parte do propósito de explorar a tensão soberania-responsabilidade, tanto teológica quanto exegeticamente, reside no valor de uma reflexão madura sobre o problema, uma reflexão que trate os dados de forma justa e seja simultaneamente resistente a acusações de irracionalidade e incoerência.

## Abordando o problema

Os termos utilizados no debate não têm o mesmo significado entre todos os autores. Portanto, é preciso fazer algumas definições preliminares. “Predestinação” neste livro refere-se à pré-ordenação de acontecimentos por Deus. “Eleição” refere-se à predestinação soteriológica, com a condição adicional de que nenhum juízo sobre a natureza da salvação é pressuposto pelos termos em si. Uma vez que a predestinação, por essa definição, tem Deus como aquele que predestina, ela deve ser distinguida do “determinismo”, o qual supõe que, em princípio, tudo é completamente previsível, segundo as leis universais da natureza, mas não relaciona essa imutabilidade a Deus.<sup>4</sup> “Responsabilidade” aqui significa um relacionamento pessoal de obrigação e imputabilidade (geralmente) em relação a Deus. O fato de o relacionamento ser pessoal e responsável pressupõe algum grau de liberdade real; contudo, possíveis abordagens do “livre-arbítrio” são mais bem consideradas indutivamente. “Liberdade” e “livre-arbítrio” podem, portanto, ser excluídas das definições iniciais.

Abordagens dos dados bíblicos frequentemente têm adotado métodos suscetíveis à crítica severa. Em primeiro lugar, a abordagem por meio da teologia sistemática sucumbiu muitas vezes ao risco de construir o “sistema” cedo demais e com controles insuficientes, ou ao risco de ignorar variações genuínas de abordagem e ênfase dentro do *corpus* bíblico, ou ao risco de forçar os escritores bíblicos a responderem a muitas perguntas que não lhes interessam. Alguns escritores tiram todas as conclusões possíveis de todas as passagens que enfatizam ou pressupõem a soberania incondicionada de Deus, e, então, constroem um sistema para filtrar e explicar qualquer outra evidência. Metodologicamente falando, tal abordagem não difere da dos escritores que se concentram no homem, em suas

<sup>4</sup>Essa é uma distinção padrão: cf. A. Flew, “Divine omnipotence and human freedom”, in: *New essays in philosophical theology* (London, Reino Unido: SCM, 1955), p. 160-1. Veja R. Young, *Freedom, responsibility and God* (London, Reino Unido: Macmillan, 1975), p. 39-41, para uma definição mais filosófica e sofisticada de determinismo.



responsabilidades e escolhas, e concluem com base em seu sistema que a soberania de Deus é, de alguma forma, necessariamente limitada, talvez autolimitada.<sup>5</sup> Não poucos adotam estruturas filosóficas essencialmente alheias aos dados bíblicos. Por exemplo, I. T. Ramsey usa os corolários da teologia do processo para tornar inócua a tensão soberania-responsabilidade: “todo-poderoso” se torna um “modelo qualificado”, e a tensão entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana se torna um “pseudoproblema”. O livro de W. S. Towner fala mais sobre como ele gostaria que Deus lidasse com o mal do que sobre os dados bíblicos. E J. Farrelly, adotando principalmente categorias escolásticas, habilmente opõe os pontos fortes dos tomistas (banezianos) aos dos molinistas, mas é inegavelmente peso leve quando se trata do texto bíblico.<sup>6</sup>

A segunda abordagem metodologicamente fraca da tensão soberania-responsabilidade concentra-se nos estudos de palavras. O valor desses estudos pode ser inestimável, mas eles são suscetíveis a graves abusos.<sup>7</sup> É bem sabido que o hebraico não tem raiz para “providência” (talvez a maior aproximação esteja em alguns usos de *pqd*: e.g., Jó 10.12); no entanto, o conceito em si está entrelaçado em todas as divisões do cânon hebraico. No Antigo Testamento, a eleição não se restringe às raízes *bhr* e *yd'*; ela se esconde atrás de temas como aliança, casamento, o povo de Yahweh e muitos outros. O Evangelho de João nunca usa a palavra grega *proorizein*, porém o conceito de predestinação ainda

<sup>5</sup>De um lado, cf. H. Hoeksema, *Reformed dogmatics* (Grand Rapids: Reformed Free Publishing Association, 1966), e, menos rígido, G. H. Clark, *Biblical predestination* (Nutley: Presbyterian and Reformed, 1969). Do campo oposto, os exemplos incluem S. Fisk, *Divine sovereignty and human freedom* (Neptune: Loizeaux Bros, 1973), e muitos ensaios em um livro editado por C. H. Pinnock, *Grace unlimited* (Minneapolis: Bethany, 1975).

<sup>6</sup>I. T. Ramsey, *Freedom and immortality* (London, Reino Unido: SCM, 1960); W. S. Towner, *How God deals with evil* (Philadelphia: Westminster, 1976); J. Farrelly, *Predestination, grace and free will* (London, Reino Unido, Newman, 1964). Outros sistematizadores contemporâneos usam a terminologia bíblica para transmitir concepções filosóficas/teológicas modernas. Podemos citar, *inter alios*, P. Tillich, *Systematic theology* (London, Reino Unido: Nisbet, 1953-1964), vol. i, p. 158-9, 300, 316 [edição em português: *Teologia sistemática: três volumes em um*, 7. ed. rev., tradução de Getúlio Bertelli; Geraldo Korndörfer (São Leopoldo: EST/Sinodal, 2014)]; J. Macquarrie, *Principles of Christian theology* (London, Reino Unido: SCM, 1966), p. 302-4, o qual argumenta que predestinação significa que Deus escolhe todos igualmente para o “deixar-estar” da “existência autêntica”. Karl Barth é um caso especial e será abordado separadamente na Quarta Parte.

<sup>7</sup>Um esplêndido exemplo de abuso é a obra *God's strategy in human history*, de R. T. Forster e V. Marston (Kent, 1973). Trabalho muito melhor é encontrado, *inter alia*, em B. B. Warfield, “Predestination”, in: *Biblical and theological studies*, reimpr. (Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1968), p. 271-333; G. Quell; G. Schrenk, *TDNT*, vol. iv, p. 144-92.

assim está presente. Desse modo, mesmo quando feitos com cuidado, os estudos de palavras, embora sejam uma ferramenta essencial, são restritivos demais para uma análise adequada da tensão soberania-responsabilidade.

A terceira abordagem é o exame de algum tema restrito que constitua uma parte da tensão soberania-responsabilidade. Por exemplo, há várias discussões importantes a respeito da eleição no Antigo Testamento.<sup>8</sup> Esses estudos podem ser muito úteis, mas às vezes dão a impressão de que, uma vez resolvido o problema da eleição (ao menos a ponto de satisfazer o próprio escritor!), a tensão desapareceu. Aliás, como vimos, a eleição é somente um aspecto da tensão soberania-responsabilidade, e há conexões mais estreitas entre o todo e sua parte do que geralmente se percebe. Além disso, a tensão, precisamente por ser tão ampla e difusa, pode emergir em algum texto que não faça referência à eleição ou a algum outro aspecto específico do problema mais amplo.

É claro que essas três abordagens não são, de modo absoluto, mutuamente excludentes nem necessariamente ruins. Mas o reconhecimento de suas limitações levou a uma abordagem bastante diferente neste volume.

Em primeiro lugar, no Novo Testamento me limitei a uma análise detalhada do Evangelho de João. Ao lado de alguns textos paulinos, o Quarto Evangelho destaca-se como um foco neotestamentário a respeito da tensão soberania-responsabilidade. Paulo ganhou comentários detalhados e não poucas monografias sobre o assunto. Contudo, apesar do crescente volume de obras sobre João durante as últimas três décadas, uma parcela relativamente pequena tratou desse tema em particular. Então, em certo sentido, esta monografia é uma contribuição para o estudo da teologia joanina.

Em segundo lugar, examinei a teologia joanina contra o pano de fundo da origem judaica, direcionando a atenção das duas primeiras partes do livro para o Antigo Testamento e para os escritos judaicos intertestamentários de mais fácil acesso. Essa última parte inclui os Apócrifos e os Pseudepígrafos, os Manuscritos do Mar Morto (citados a partir daqui como MMM), Targuns e os escritos rabínicos, e Josefo. Com pesar, excluí as fontes samaritanas: elas não mudam minhas linhas principais de argumentação e sua análise apropriada aumentaria sem razão este volume.

<sup>8</sup>E.g., Th. C. Vriezen, *Die Erwählung Israels nach dem Alten Testament* (Zürich: Zwingli-Verlag, 1953); K. Galling, *Die Erwählungstraditionen Israels* (Giessen: Töpelmann, 1928); H. H. Rowley, *The biblical doctrine of election* (London, Reino Unido: Lutterworth, 1950); P. Altmann, *Erwählungstheologie und Universalismus im Alten Testament* (Berlim: Töpelmann, 1964).

Em terceiro lugar, tentei refletir a essência da tensão soberania–responsabilidade em cada *corpus*. Alguns escritores antigos estão interessados em teodiceia; outros, nem um pouco. Alguns estão fascinados com a perspectiva do reino invasor de Deus no final da história e outros estão mais preocupados em responder a ele agora ou em determinar a importância do gracioso chamado que tirou Abraão de Ur e os filhos de Israel do Egito. Mais uma vez, a cristologia peculiar e a escatologia do Quarto Evangelho devem ser entendidas antes de tudo a seu modo, dentro da estrutura do próprio Evangelho. Essa diversidade de ênfases e interesses faz surgir um princípio importante: ou seja, na tentativa de delinear a forma da tensão soberania–responsabilidade em cada *corpus*, não podemos insistir em rastrear temas restritos do início ao fim. Em vez disso, devemos deixar que os próprios escritos ditem, tanto quanto possível, a forma da tensão soberania–responsabilidade dentro de suas páginas.

Disso decorrem dois corolários. (1) O presente estudo não deve ser interpretado como uma tentativa de encontrar o pano de fundo de João ou de contribuir para a pesquisa sobre a história das religiões. Em certo sentido, é claro, o estudo da tensão soberania–responsabilidade em qualquer *corpus* deve lançar luz sobre o estudo do mesmo tema em qualquer outro *corpus*, pelo menos por causa de paralelos e contrastes sugestivos. Contudo, embora eu esteja interessado em até que ponto e de que maneira João reflete sua origem judaica, não estou tentando traçar trajetórias. (2) Agora fica mais claro por que esta monografia restringe-se em grande parte, canonicamente falando, ao estudo do tema no Evangelho de João, com algum espaço para os escritores do Antigo Testamento e menos espaço para os do Novo Testamento. Reconhecer que a tensão soberania–responsabilidade precisa ser extraída de cada *corpus* antes de proceder à tentativa de sistematizar as descobertas do cânon inteiro requer essa restrição — ou o resultado será um volume muito grande!

Em quarto lugar, apesar dessas limitações, a quarta parte deste estudo procura aplicar os dados bíblicos assim reunidos às dimensões teológicas e filosóficas mais amplas da tensão entre a soberania divina e a responsabilidade humana. Isso é feito não na esperança de que alguma teologia abrangente da tensão possa emergir, mas na esperança de que a aplicação cuidadosa de uma vertente do tratamento bíblico do assunto possa fornecer parâmetros úteis dentro dos quais a teologia da tensão possa se desenvolver de forma proveitosa.

Em quinto lugar, na busca de uma maior precisão, alguma atenção é dispensada às *funções* que dizem respeito aos vários aspectos da tensão

soberania-responsabilidade colocados em cada *corpus*. Por exemplo: Admitindo-se que algumas pessoas são escolhidas pela graça, em conexão com que assunto um escritor em particular aborda o tema? Que lições ele tira da eleição? Repetindo, que deduções decorrem, em diferentes textos, do modelo predestinacionista do oleiro e do barro? O fato de os seres humanos terem capacidade de escolher é motivo para se gabar ou um estímulo para escolher corretamente? Responder a essas questões é, em primeiro lugar, uma tarefa descritiva. Muitas vezes, é enganoso reger a ontologia pela função.<sup>9</sup> Não obstante, o exame de como certas perspectivas e conceitos funcionam nos escritos aqui estudados fornece uma orientação útil: ou seja, devemos ser cautelosos ao extrair deduções de vários conceitos, se essas deduções não forem explícita ou implicitamente extraídas por aqueles que expõem os conceitos.

<sup>9</sup>Por exemplo, Th. C. Vriezen, op. cit., e H. H. Rowley, op. cit., têm um foco tão estreito no propósito da eleição no Antigo Testamento, interpretado na perspectiva de serviço, que acabam reduzindo a eleição a uma escolha divina inteiramente contingente.



**PRIMEIRA PARTE**  
**A TENSÃO**  
**SOBERANIA-RESPONSABILIDADE**  
**NO CÂNON HEBRAICO**



# CAPÍTULO 1

## Passagens selecionadas do Antigo Testamento

O presente capítulo e o próximo são dedicados a um levantamento da tensão soberania-responsabilidade no cânon hebraico. Este capítulo enfoca uma seleção de doze passagens bíblicas nas quais algum tipo de tensão entre a soberania de Deus e a responsabilidade do homem está entrelaçada na trama do texto de um modo tal que só pode ser evitada por meio de grande engenhosidade exegética. Essas doze passagens foram escolhidas de uma longa lista de potenciais candidatas, principalmente porque são exemplos particularmente bons, mas também porque representam uma boa amostragem do Antigo Testamento.

O próximo capítulo deixa de lado o exame minucioso de um pequeno número de passagens e passa a pintar um retrato com largas pinceladas. Ele está dividido em duas partes principais. A primeira examina as maneiras pelas quais o Antigo Testamento retrata o homem como responsável e Deus como contingente; a segunda examina as maneiras pelas quais o Antigo Testamento retrata Deus como tão soberano a ponto de excluir qualquer contingência limitante. O objetivo do capítulo não é apresentar uma história do desenvolvimento da tensão soberania-responsabilidade dentro da tradição canônica, mas delinear a própria tradição. Alguns cuidados foram tomados para evitar a leitura do

Antigo Testamento através de lentes monocromáticas: afinal, os parâmetros da tensão soberania–responsabilidade nos escritos sapienciais não são exatamente os mesmos encontrados nos profetas ou no Pentateuco, e há variações menores dentro de cada *corpus*. No entanto, simplificações excessivas sem dúvida ocorrem. Reduz-se parte desse perigo perguntando constantemente como os vários temas funcionam dentro de seu próprio contexto.

### **Gênesis 45.5–8; 50.19s. (cf. Sl 105.16–25)**

A palavra de conforto que José diz a seus irmãos para acalmar seus temores gira em torno do fato de Deus ter prevalecido sobre um acontecimento inerentemente maléfico. Executar vingança agora, argumenta José, seria colocar-se no lugar de Deus (50.19). Isso não é uma simples declaração de não ter competência para julgar o que é certo e errado. Em vez disso, significa que o próprio Deus agiu com propósitos benevolentes em tudo o que aconteceu, e, reconhecendo esses propósitos, José se contenta em não guardar rancor.<sup>1</sup> José encontra nas boas intenções de Yahweh motivo suficiente para imitar sua benevolência.

No entanto, isolar a função da soberania de Deus nesses versículos não é resolver a tensão entre essa soberania e a responsabilidade do homem. Por um lado, as palavras: “Assim, não fostes vós que me enviastes para cá, mas, sim, Deus...” (45.8) são hiperbólicas: José não minimiza o fato horrendo de que os irmãos, com más intenções (50.20), realmente o venderam (45.5). O texto não permite que os irmãos sejam classificados como fantoches e, assim, escapem de sua culpa. Em contrapartida, também não retrata Deus como desviando a ação maligna dos irmãos *post eventum* e transformando-a em algo bom.<sup>2</sup> Citando as palavras de José a seus irmãos: “Quanto a vós, intentastes (*ḥašabtem*) o mal contra mim; porém Deus o intentava (*ḥašabah*) para o bem...” (50.20). Tanto Deus quanto os irmãos têm intenções específicas em seus respectivos papéis no mesmo acontecimento; suas intenções, porém, são opostas. Deus mesmo dirigiu tudo para o bem: em secreto, ele usou todas as facetas sombrias da

<sup>1</sup>Cf. G. von Rad, *Genesis: a commentary* (London, Reino Unido: SCM, 1961), p. 427.

<sup>2</sup>Pace muitos comentaristas e sistematizadores que dizem que Deus aqui transforma o mal em bem: e.g., G. C. Berkouwer, *The providence of God* (Grand Rapids: Eerdmans, 1952), p. 91, o qual escreve sobre o “desvio” do mal por parte de Deus. É claro que há passagens veterotestamentárias nas quais Deus é retratado como aquele que “desvia” o mal humano, mas essa não é uma delas.